

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI COMPLEMENTAR Nº 393, de 24 de outubro de 2025.

DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM, ALTERANDO-SE AS LEIS COMPLEMENTARES N° 278/2013 E 329/2018.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o Prefeito Municipal **DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA** sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar

Art. 1º As Leis Complementares Municipais nº 278/2013 e 329/2018, que dispõem sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, passarão a viger com alterações nos seguintes dispositivos consignados nesta Lei Complementar.

Art. 2° Os Órgãos Executivos consignados no inciso III, do art. 5° da Lei Complementar n° 278/13, passam a viger da seguinte forma, acrescido com as alíneas "o" e "p":

Art. 5° [...]

III – Órgãos Executivos:

- a) Secretaria de Mobilidade Urbana;
- b) Secretaria de Agricultura;
- c) Secretaria de Assistência Social;
- d) Secretaria de Cultura e Turismo;
- e) Secretaria de Educação;
- f) Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer;
- g) Secretaria de Meio Ambiente;
- h) Secretaria de Obras;
- i) Secretaria de Planejamento Urbano;
- i) Secretaria de Relações Institucionais;
- k) Secretaria de Saúde;
- l) Secretaria de Segurança Pública;





ESTADO DE SÃO PALILO - BRASIL

- m) Secretaria de Tecnologia da Informação;
- n) Secretaria de Serviços Municipais;
- o) Secretaria de Habitação Popular;
- p) Secretaria de Bem-Estar Animal.

Art. 3° O art. 1° e seu parágrafo único, da Lei Complementar n° 329/2018, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 1º A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, correspondente às Secretarias Municipais, passa a viger reorganizada nas disposições contidas na presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Os Secretários Municipais terão como grupo salarial a referência "A-3", na quantidade de 21 (vinte e um) cargos de livre nomeação, com requisito de escolaridade "Ensino Médio" e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 4° Acrescentam-se os artigos 2°-A e 2°-B à Lei Complementar n° 329/2018, com as seguintes redações:

- Art. 2º-A Fica criada a Secretaria de Habitação Popular, tendo as seguintes competências privativas:
- a) supervisionar e/ou fiscalizar programas habitacionais públicos ou privados para população de baixa renda;
- b) planejar e implementar a política municipal de habitação;
- c) elaborar e implantar programas de produção de empreendimentos habitacionais de interesse social, de melhoria das condições das unidades habitacionais e de auxílio moradia;
- d) definir e implementar os programas de regularização fundiária e a política de reassentamento de moradores de áreas de risco impróprias para a moradia;
- e) proceder a fiscalização e acompanhar o destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação;





ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- f) desenvolver projetos habitacionais e promover elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;
- g) promover e desenvolver políticas públicas na produção de unidades habitacionais, melhorias das condições de habitabilidade e regularização fundiária de interesse social;
- h) acompanhar as atividades referentes aos conselhos vinculados à sua área de atuação;
- i) negociar junto às autoridades competentes as instalações de serviços essenciais de infraestrutura de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, canalização pluvial e outros, ou quando tais encargos recaiam sobre a Prefeitura;
- j) realizar estudos específicos sobre a situação geopolítica, econômica e social do município, identificando índices de crescimento, taxas de urbanização e déficit habitacionais;
- k) desenvolver programas, em parceria com a comunidade e cooperativas habitacionais, visando a produção de moradias populares, através de novas alternativas de construção;
- l) definir instrumentos de ações jurídicas e sociais para regularização das áreas de ocupações irregulares, e demais áreas consolidadas similares existentes no Município;
- m) mediar e prevenir conflitos que envolvam a posse e uso de terra, contribuindo para efetiva promoção e defesa dos direitos humanos e civis no espaço urbano e rural do Município;
- n) gerenciar convênios de interesse da administração municipal com órgãos do poder público federal e estadual, bem como convênios com cooperativas, associações e outras entidades atuantes na área de interesse social;
- o) exercer atividades correlatas
- Art. 2°-B Fica criada a Secretaria de Bem-Estar Animal, tendo as seguintes competências privativas:





ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- a) atuar na garantia do equilíbrio da proteção ambiental com ações integradas de proteção, defesa e bem estar animal;
- b) coordenar projetos de modo a propiciar o controle populacional de animais domésticos;
- c) apoiar os órgãos de fiscalização no combate à criação e comércio ilegal e demais infrações cometidas contra os animais domésticos, sinantrópicos e silvestres;
- d) atender animais reconhecidos como comunitários ou sem proprietário ou responsável para acolhimento, identificação, registro, esterilização e encaminhamento para adoção ou devolução à com unidade de origem.
- e) viabilizar a execução de projetos voltados para o Bem-Estar Animal, desde que de acordo com a Política Municipal correspondente;
- f) promover a integração de programas relacionados ao Bem-Estar Animal com as demais Secretarias Municipais, com base em normas de fiscalização;
- g) promover eventos, estudos, pesquisas e ações educativas, relativos à biodiversidade animal e ao bemestar dos animais no Município;
- h) capacitar educadores, agentes de saúde comunitária, do contingente da Guarda Civil Municipal, dos agentes municipais de fiscalização tanto da área ambiental, quanto da área de postura e saúde para a difusão da política de proteção aos animais e para atuação no âmbito de suas competências
- i) promover a capacitação dos professores das redes públicas de ensino para a abordagem dos problemas relacionados à fauna em geral;
- j) promover campanhas de identificação gratuita dos animais conjuntamente com as campanhas de vacinação anti-rábica;
- k) promover conscientização da posse responsável dos animais nas escolas, centros comunitários, entre outros;





ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- l) promover fiscalização e divulgação da legislação de proteção dos animais;
- m) estabelecer parcerias com entidades privadas e de proteção animal no intuito de potencializar e executar suas ações;
- n) promover parcerias, convênio ou outras formas de cooperação técnica entre as unidades da administração direta ou indireta com órgãos de outras esferas e Instituições de Pesquisa e Ensino, visando o correto manejo e trato com a fauna silvestre e doméstica;
- o) gerir o Conselho Municipal de Bem-Estar Animal, bem como o Fundo Municipal de Bem-Estar Animal;
- p) exercer atividades correlatas.

Art. 5° Acrescentam-se os incisos XV e XVI ao art. 5° da Lei Complementar n° 329/2018, com as seguintes redações:

Art. 5° [...]

XV - Secretaria de Habitação Popular:

- a) supervisionar e fiscalizar programas habitacionais públicos ou privados para população de baixa renda;
- b) planejar e implementar a política municipal de habitação;
- c) elaborar e implantar programas de produção de empreendimentos habitacionais de interesse social, de melhoria das condições das unidades habitacionais e de auxílio moradia;
- d) definir e implementar os programas de regularização fundiária e a política de reassentamento de moradores de áreas de risco impróprias para a moradia;
- e) proceder a fiscalização e acompanhar o destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação;
- f) desenvolver projetos habitacionais e promover elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;





ESTADO DE SÃO PALILO - RRASIL

- g) promover e desenvolver políticas públicas na produção de unidades habitacionais, melhorias das condições de habitabilidade e regularização fundiária de interesse social;
- h) acompanhar as atividades referentes aos conselhos vinculados à sua área de atuação;
- i) negociar junto às autoridades competentes as instalações de serviços essenciais de infraestrutura de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, canalização pluvial e outros, ou quando tais encargos recaiam sobre a Prefeitura;
- j) proceder a fiscalização e acompanhar o destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação;
- k) realizar estudos específicos sobre a situação geopolítica, econômica e social do município, identificando índices de crescimento, taxas de urbanização e déficit habitacionais;
- l) desenvolver programas, em parceria com a comunidade e cooperativas habitacionais, visando a produção de moradias populares, através de novas alternativas de construção;
- m) definir instrumentos de ações jurídicas e sociais para regularização das áreas de ocupações irregulares, e demais áreas consolidadas similares existentes no Município;
- n) mediar e prevenir conflitos que envolvam a posse e uso de terra, contribuindo para efetiva promoção e defesa dos direitos humanos e civis no espaço urbano e rural do Município;
- o) gerenciar convênios de interesse da administração municipal com órgãos do poder público federal e estadual, bem como convênios com cooperativas, associações e outras entidades atuantes na área de interesse social;
- p) exercer atividades correlatas.

XVI - Secretaria de Bem-Estar Animal:





ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- a) atuar na garantia do equilíbrio da proteção ambiental com ações integradas de proteção, defesa e bem-estar animal;
- b) coordenar projetos de modo a propiciar o controle populacional de animais domésticos;
- c) apoiar os órgãos de fiscalização no combate à criação e comércio ilegal e demais infrações cometidas contra os animais domésticos, sinantrópicos e silvestres;
- d) atender animais reconhecidos como comunitários ou sem proprietário ou responsável para acolhimento, identificação, registro, esterilização e encaminhamento para adoção ou devolução à com unidade de origem.
- e) viabilizar a execução de projetos voltados para o bem-estar animal, desde que de acordo com a Política Municipal correspondente;
- f) promover a integração de programas relacionados ao bem-estar animal com as demais Secretarias Municipais, com base em normas de fiscalização;
- g) desenvolver projetos voltados para a preservação de fauna local, principalmente para as espécies ameacadas de extinção;
- h) promover eventos, estudos, pesquisas e ações educativas, relativos à biodiversidade animal e ao bemestar dos animais no Município;
- i) capacitar educadores, agentes de saúde comunitária, do contingente da Guarda Civil Municipal, dos agentes municipais de fiscalização tanto da área ambiental, quanto da área de postura e saúde para a difusão da política de proteção aos animais e para atuação no âmbito de suas competências;
- j) promover a capacitação massiva dos professores da rede municipal de ensino para a abordagem dos problemas relacionados à fauna em geral;
- k) promover campanhas de identificação gratuita dos animais conjuntamente com as campanhas de vacinação anti-rábica;





ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- l) promover conscientização da posse responsável dos animais nas escolas, centros comunitários, entre outros;
- m) promover fiscalização e divulgação da legislação de proteção dos animais;
- n) estabelecer parcerias com entidades privadas e de proteção animal no intuito de potencializar e executar suas ações;
- o) promover parcerias, convênio ou outras formas de cooperação técnica entre as unidades da administração direta ou indireta com órgãos de outras esferas e Instituições de Pesquisa e Ensino, visando o correto manejo e trato com a fauna silvestre e doméstica;
- p) gerir o Conselho Municipal de Bem-Estar Animal, bem como o Fundo Municipal de Bem-Estar Animal;
- q) exercer atividades correlatas.

Art. 6° Cria cargos comissionado para atender as unidades consignadas nos incisos XV e XVI do art. 5° :

I-2 (dois) cargos de "Gerente", Grupo G-1, Carga horária 40 h/s Semanais, Formação Ensino Superior, Salário de R\$ 7.830,55;

II − 2 (dois) cargos de "Assessor Superior", Grupo B-1, Carga horária 40 h/s Semanais, Formação Ensino Superior, Salário de R\$ 4.840,69;

III – 2 (dois) cargos de "Assessor Setorial", Grupo A-1, Carga horária 40 h/s Semanais, Formação Ensino Superior, Salário de R\$ 3.416,98;

Parágrafo único. Os cargos descritos nos incisos I, II e III serão distribuídos em quantidades iguais para as unidades de que trata o *caput*.

Art. 7º Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder no orçamento da Prefeitura aos ajustamentos que se fizerem necessários em decorrência desta Lei Complementar, respeitados os elementos de despesa e as funções de governo.

Parágrafo único. Até dezembro de 2025 as Secretarias criadas nesta Lei Complementar terão suas despesas atendidas pelas unidades orçamentárias estabelecidas nos Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 8º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei Complementar, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.





ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de

sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as alíneas "d" do inciso VIII e alíneas "e", "f", "g" do inciso IX do art. 5° da Lei Complementar n° 329/2018, e as disposições das Leis Complementares n° 278/2013 e n° 329/2018 que contrariem as disposições presentes.

Prefeitura de Mogi Mirim, 24 de outubro de 2 025.

DR PAULO DE OLIVEIRA E SILVA

Prefeito Municipal

REGINA CÉLIA S. BIGHETI Coordenadora – Gabinete do Prefeito

Projeto de Lei Complementar nº 16/2025 Autoria: Prefeito Municipal Publicado (a) no Órgão Oficial do Município
Jornal Oficial de Mogi Mirim em sua edição de:
25, 40, 25



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

ANEXO I - Secretaria de Bem-Estar Animal

As despesas da Secretaria de Bem-Estar Animal correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Meio Ambiente, em especial às seguintes dotações:

CLASSIF.	FUN/				FONTE DE
INST.	SUBFUN	PROGRAMA	AÇÃO	DESPESA	RECURSOS
				3.1.90.11-	
				VENCIMENTOS E	
			2001 - PESSOAL E	VANTAGENS FIXAS -	
01.45.11	18.541	1002	ENCARGOS	PESSOAL CIVIL	01 -
			2001 - PESSOAL E		
01.45.11	18.541	1002	ENCARGOS	PATRONAIS	01 -
				3.1.90.94	
			,	INDENIZAÇÕES E	
			2001 - PESSOAL E	RESTITUIÇÕES	
01.45.11	18.541	1002	ENCARGOS	TRABALHISTAS	01 -
			2151 - FUNDO		
			MUNICIPAL DO		
			PROGRAMA BEM-		
01.45.11	18.541	1002	ESTAR ANIMAL	PERMANENTE	03 -
			2151 - FUNDO		
			MUNICIPAL DO		
		. 25	PROGRAMA BEM-		
01.45.11	18.541	1002	ESTAR ANIMAL	4.4.50.42 - AUXÍLIOS	08 -
			2199 - MANUTENÇÃO		
			DAS ATIV. DO		
			PROGRAMA BEM-	Professional State of the Control of Control State of the Control	
01.45.11	18.541	1002	ESTAR ANIMAL	DE CONSUMO	01 -
		R	2199 - MANUTENÇÃO		
			DAS ATIV. DO		
			PROGRAMA BEM-		
01.45.11	18.541	1002	ESTAR ANIMAL	JURÍDICA	01 -
			2199 - MANUTENÇÃO		
			DAS ATIV. DO		
			PROGRAMA BEM-	7-4-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-1	
01.45.11	18.541	1002	ESTAR ANIMAL	PERMANENTE	01 -
			2100 141147777	2 2 50 20	
			2199 - MANUTENÇÃO		
			DAS ATIV. DO		
01.45.11	10.541	1002	PROGRAMA BEM-	TERCEIROS - PESSOA	0.1
01.45.11	18.541	1002	ESTAR ANIMAL	JURÍDICA	01 -



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

ANEXO II - Secretaria de Habitação Popular

As despesas da Secretaria de Habitação Popular correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Obras, em especial às seguintes dotações:

CLASSI					FONTE DE
F. INST.	FUN/ SUBFUN	PROGRAMA	AÇÃO	DESPESA	RECURSOS
			0324 -	4.4.90.61	
			DESAPROPRIAÇÕES -	AQUISIÇÃO DE	
01.46.11	02.061	1003 -	FMH	IMÓVEIS	03 -
			0324 -		
			DESAPROPRIAÇÕES -	4.4.90.61- AQUISIÇÃO	
01.46.11	02.061	1003 -	FMH	DE IMÓVEIS	01 -
			0324 -	4.4.90.61	
			DESAPROPRIAÇÕES -	AQUISIÇÃO DE	
01.46.11	02.061 -	1003 -	FMH	IMÓVEIS	07 -
	15.451			3.1.90.11 -	
				VENCIMENTOS E	
		618 8	2001 - PESSOAL E	VANTAGENS FIXAS -	
01.46.11		1001 -	ENCARGOS	PESSOAL CIVIL	01 -
	15.451		D=000	3.1.90.13	
01.46.11		1001	2001 - PESSOAL E	OBRIGAÇÕES	0.
01.46.11	15 451	1001 -	ENCARGOS	PATRONAIS	01 -
	15.451			3.1.90.94	
			2001 PEGGAL E	INDENIZAÇÕES E	
01.46.11		1001	2001 - PESSOAL E	RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0.1
01.46.11	15 451	1001	ENCARGOS		01 -
	15.451		2249 - MANUT.ATIV.DE	3.3.90.33 - PASSAGENS E	
			INFRAESTRUTURA URBANA, ESPAÇOS	PASSAGENS E DESPESAS COM	
01.46.11		1001	PÚBLICOS	LOCOMOÇÃO	01 -
01.40.11	15.451	1001	FOBLICOS	3.3.90.34 - OUTRAS	01 -
	13.431			DESPESAS DE	
			2249 - MANUT. ATIV. DE	PESSOAL	
			INFRAESTRUTURA	DECORRENTES DE	
			URBANA, ESPAÇOS	CONTRATOS DE	
01.46.11		1001	PÚBLICOS	TERCEIRIZAÇÃO	01 -
	15.451		2249 - MANUT. ATIV. DE	3.3.90.40 - SERVIÇOS	
			INFRAESTRUTURA	DE TECNOLOGIA DA	
			URBANA, ESPAÇOS	INFORMAÇÃO E	
01.46.11		1001	PÚBLICOS	COMUNICAÇÃO - PJ	01 -
	15.451		2249 - MANUT. ATIV.DE		
			INFRAESTRUTURA		
			URBANA, ESPAÇOS		
01.46.11		1001	PÚBLICOS	PESSOAL CIVIL	01 -
			1117 -		
			REGULARIZAÇÃO		
			URBANÍSTICA E		
01 46 11	16.400	1002	FUNDIÁRIA DE ZONA	4.4.90.51 - OBRAS E	0.1
01.46.11	16.482	1003	ESPECIAL	INSTALAÇÕES	01 -
			1117 -		
			REGULARIZAÇÃO		
			URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA DE ZONA	4.4.00.51 ODDAG D	
01.46.11	16.482	1003	ESPECIAL DE ZONA	4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	03 -
01.40.11	10.402	1003	LOFECIAL	INSTALAÇUES	03 -



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

	T		1118 - CONSTRUÇÃO DE		
			MORADIA DE	4.4.90.51 - OBRAS E	
01.46.11	16.482	1003	INTERESSE SOCIAL	INSTALAÇÕES	03 -
01.40.11	10.462	1003	1118 - CONSTRUÇÃO DE	INSTALAÇÕES	03 -
			MORADIA DE	4.4.90.51 - OBRAS E	
01.46.11	16.400	1002			0.2
01.46.11	16.482	1003	INTERESSE SOCIAL	INSTALAÇÕES	02 -
			2008 - FUNDO	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	
			MUNICIPAL DE	3.3.90.30 - MATERIAL	
01.46.11	16.482	1003	HABITAÇÃO	DE CONSUMO	03 -
				3.3.90.36 - OUTROS	
			2008 - FUNDO		
			MUNICIPAL DE	TERCEIROS -	
01.46.11	16.482	1003	HABITAÇÃO	PESSOA FÍSICA	03 -
				3.3.90.39 - OUTROS	
				SERVIÇOS DE	
			MUNICIPAL DE	TERCEIROS -	
01.46.11	16.482	1003	HABITAÇÃO	PESSOA JURÍDICA	03 -
			2008 - FUNDO	3.3.90.93	
			MUNICIPAL DE	INDENIZAÇÕES E	
01.46.11	16.482	1003	HABITAÇÃO	RESTITUIÇÕES	03 -
			,	4.4.90.52 -	
			2008 - FUNDO	A STATE OF THE STA	
			MUNICIPAL DE	MATERIAL	
01.46.11	16.482	1003	HABITAÇÃO	PERMANENTE	03 -
01110111	101102	1000	2251 - MANUTENÇÃO		00
			DE ATIVIDADE DA	3.3.90.30 - MATERIAL	
01.46.11	16.482	1003	HABITAÇÃO	DE CONSUMO	01 -
31.10.11	10.102	1005	in Dilligito	3.3.90.36 - OUTROS	01
			2251 - MANUTENÇÃO		
			DE ATIVIDADE DA	TERCEIROS -	
01.46.11	16.482	1003	HABITAÇÃO	PESSOA FÍSICA	01 -
01.40.11	10.402	1003	HABITAÇÃO	3.3.90.39 - OUTROS	01 -
			2251 - MANUTENÇÃO	SERVIÇOS DE	
			DE ATIVIDADE DA	TERCEIROS -	
01 46 11	16.482	1003	HABITAÇÃO		01 -
01.46.11	10.482	1003	HADITAÇAU	PESSOA JURÍDICA	01 -
			2251 MANUTENCE	4.4.90.52 -	
			2251 - MANUTENÇÃO		
01.46.1	16.400	1002	DE ATIVIDADE DA	MATERIAL	
01.46.11	16.482	1003	HABITAÇÃO	PERMANENTE	01 -

